



ISSN Eletrônico: **2525-5908**
ISSN Impresso: **1807-9660**

revista.farol.edu.br
Vol. 20, Nº 20. 2023 - dezembro

Contato: revista@farol.edu.br

O (DES)POVOAMENTO NA REGIÃO NORTE NAS DÉCADAS DE 1960-1970:

Os efeitos do processo imediatista de colonização da Amazônia brasileira

Fabio Alves Jorge

Michelle Fernandes Figueiredo

O (DES)POVOAMENTO NA REGIÃO NORTE NAS DÉCADAS DE 1960-1970:

Os efeitos do processo imediatista de colonização da Amazônia brasileira

Fabio Alves Jorge¹Michelle Fernandes Figueiredo²

Resumo: O presente artigo fundamentou-se numa discussão teórica a partir do materialismo histórico e dialético o processo migratório para a região da Amazônia brasileira nas décadas de 1960/1970 e suas consequências atuais. Para tal, foi analisado - por meio de estudos bibliográficos - a ação do Estado em relação a utilização consciente e projetada de camponeses para desbravar a região e impulsionar o desenvolvimento econômico nacional, resultando em um intenso processo de devastação e degradação ambiental. Por meio deste, foi possível perceber que a Amazônia, dada como um cenário de biodiversidade natural e multicultural, se transformou num cenário marcado por disputas nacionais e internacionais entre seres humanos e seres humanos e natureza. Foi apontado o descaso com a preservação da memória cultural camponesa e o impacto desse processo sobre a agricultura familiar e à cultura e tradição camponesa. A desigualdade social também foi abordada, dada a política de direcionamento de migrantes para a região amazônica brasileira como um processo de exclusão social em prol de desenvolvimento econômico. A discussão enfatizou a necessidade de políticas públicas que valorizem a preservação da Amazônia e a agricultura familiar, além de promover a redução da desigualdade social.

Palavras chaves: Campesinato. Processos migratórios. Antagonismos sociais e ambientais.

(DE)POPOPING IN THE NORTHERN REGION IN THE 1960s-1970s:

The effects of the immediatist process of colonization of the Brazilian Amazon

Abstract: This article is based on a theoretical discussion based on historical and dialectical materialism, the migratory process to the Brazilian Amazon region in the 1960s/1970s and its current consequences. To this end, it was analyzed - through bibliographical studies - the State's action in relation to the conscious and projected use of peasants to explore the region and boost national economic development, resulting in an intense process of devastation and environmental degradation. Through this, it was possible to perceive that the Amazon, seen as a scenario of natural and multicultural biodiversity, became a scenario marked by national and international disputes between human beings and human beings and nature. The neglect with the preservation of peasant cultural memory and the impact of this process on family farming and peasant culture and tradition was pointed out. Social inequality was also addressed, given the policy of directing migrants to the Brazilian Amazon region as a process of social exclusion in favor of economic development. The discussion emphasized the need for public policies that value the preservation of the Amazon and family farming, in addition to promoting the reduction of social inequality.

Keywords: Peasantry. Migratory processes. Social and environmental antagonisms.

1 INTRODUÇÃO

Quem é capaz de parar um sonhador? Até onde o ser humano está disposto ir para ver concretizado seus sonhos? Longe de ser simples histórias daquelas que o cinema adora exibir em suas enormes telas em nome do entretenimento, a Amazônia brasileira é cenário grandes embates sociais, cujo a preço de sangue muitas histórias trilham destinos distintos do planejado.

¹ Licenciado em História pela Fundação Universidade Federal de Rondônia – Unir. Especialista em História da Amazônia com Ênfase em História de Rondônia pela Faculdade de Rolim de Moura – FAROL e especialista em Ciências Políticas pela Faculdade Única de Ipatinga. Mestrando em Educação pela Faculdade Del Atlântico – UNEATLANTICO (Espanha). Professor Efetivo de História na Rede Pública Municipal de Ensino de Ji-Paraná/RO.

² Licenciada em História pela Fundação Universidade Federal de Rondônia – Unir. Especialista em História da Amazônia com Ênfase em História de Rondônia pela Faculdade de Rolim de Moura – FAROL.

Na segunda metade do século XX, centenas de milhares de famílias se deslocavam para a região da Amazônia brasileira à procura de despir-se da vida miserável e conflituosa que levavam em seus locais de origem e conquistar nesta região o que para elas representava a recuperação da dignidade humana: a conquista da terra própria. Nem mesmo as doenças, tampouco a insalubridade da região era forte o bastante para promover desistências dos sujeitos desterrados, que por uma vida inteira buscou seu lugar ao sol.

O contato com a terra, na perspectiva do camponês legítimo, era sinônimo de realização e era desempenhado com carinho e dedicação e nutrido pela esperança de dias melhores. Todavia, nem sempre o destino destes é compatível com seus pensamentos utópicos. Às vezes, seu destino cruza com uma inversão de valores em relação a obtenção e uso da terra e as frustrações passam a compor a trama da sua vida cotidiana. Dessa forma, o pobre camponês despojado de seu principal meio de trabalho, vê-se obrigado a usar como escudo em defesa de seu sonho a própria vida.

O primeiro traslado oficial do sonho camponês para a região da Amazônia brasileira ocorreu de forma oficial a partir da década de 1960/1970 (PERDIGÃO & BASSEGIO, 1992). Esse movimento deu-se, sobretudo, por motivos políticos e estratégicos no intuito de esvaziar as tensões sociais que acirravam os ânimos em busca pelo tão sonhado pedaço de terra nas regiões Sul e Sudeste do país. Tais tensões, como se sabe, não se aclamaram por osmose social, pelo contrário, era o reflexo de uma luta de classes em torno de objetivos antagônicos preestabelecidos estruturalmente no Brasil desde o período colonial.

Segundo Sauer (2001), o Estado utilizou o discurso da propensão da região para a expansão natural do território brasileiro como elemento de coerção social. Através deste discurso, o psicológico dos insurgentes foi impregnado com a ideia de que se tratava de uma região vazia ou escassa de ocupação humana. Iniciou-se assim a luta contra uma proposta ideológica distante da realidade, onde a terra da região foi mercantilizada e o Estado elevado como defensor máximo da propriedade privada e do capital neste espaço em construção.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 camponês e a integração econômica da Amazônia brasileira à economia nacional

Nesse período de movimentação massiva das populações de outras regiões do Brasil para a Amazônia brasileira, umas das questões políticas e econômicas que marcavam as pautas políticas era o possível desencadeamento de movimentos mais incisivos envolvendo

disputas por terras entre populações sem-terra e fazendeiros, que poderiam fugir do controle do Estado e resultar num cenário de desordem nacional.

A colonização dirigida na Amazônia pode expressar um aspecto fundamental da política que favorece a monopolização das terras – devolutas, tribais e ocupadas – pelos grandes negociantes, grileiros, latifundiários, fazendeiros e empresários, nacionais e estrangeiros. A colonização, como contra-reforma agrária, aparece como condição e consequência da forma pela qual o Estado foi levado a recriar “fronteira Amazônica”, para desenvolvimento extensivo do capitalismo na região (IANNI, 1979, p.7).

A anexação econômica da Amazônia brasileira ao restante do território brasileiro necessitava de braços para desbravar essa região e torná-la produtiva aos moldes do capitalismo. Porém, o que foi omisso ao pobre camponês, é que seu recrutamento enquanto amansador da terra seguia uma política integracionista de empresariar esta região. Omitiram para o camponês que campesinato e capitalismo não são partes estruturais da mesma lógica de exploração capitalista.

Nesse cenário de contradições, o estado se posiciona como mediador pacífico do processo de anexação territorial da Amazônia brasileira à economia nacional, sob a premissa de fazer desta região uma “fronteira agrícola”. Tudo estrategicamente projetado para que as empresas rurais pudessem se estabelecer nesta região e inseri-la no mapa econômico do país. Depois da infraestrutura básica implantada para esta realidade, com a terra já “amansada”, o camponês começa a perceber a derrocada do sonho de ser seu próprio patrão ao ser inserido como massa de mão-de-obra para as empresas rurais que iam dando visibilidade ao integrar a região Norte ao cenário econômico do restante do país.

A ideia de criação de uma “fronteira agrícola” se estabelece mais expressivamente a partir do período histórico ditatorial civil-militar de 1964. Com a ideia de fortalecimento da “segurança nacional”, estratégias políticas foram desenvolvidas para a ocupação do imenso espaço amazônico pertencente ao estado brasileiro, estabelecendo assim a fronteira amazônica dentro de uma lógica capitalista na cadeia produtiva nacional

A fronteira é, pois, para nação, símbolo e fato político de primeira grandeza, como espaço de projeção para o futuro, potencialmente alternativo. Para o capital, a fronteira tem valor como espaço onde é possível implantar rapidamente novas estruturas e como reserva mundial de energia. A potencialidade econômica e política da fronteira, por sua vez, torna-a uma região estratégica para o Estado, que se empenha em sua rápida estruturação e controle (BECKER, 1996, p. 11).

Associando a estratégia de desenvolvimento do país às vantagens políticas atribuídas para o estado, fora o seu poder coercitivo e participativo impetrado de todas as formas no

desenvolver dessa fronteira, a ação estatal para com a região amazônica brasileira só pode ser “compreendida a partir da inserção do Brasil no sistema capitalista global do pós-Segunda guerra mundial” (Becker, 1996, p.11). Assim, o Estado enquanto instituição deveria transparecer internacionalmente a imagem de uma instituição, organizada, forte, próspera, imponente e destemida, mesmo que para isso parte de seu povo viesse sofrer situações calamitosas para desbravar até o mais temível inimigo, uma floresta repleta de surpresas.

Tratava-se de transformar a Amazônia numa fronteira de expansão do capitalismo de base nacional e estrangeira, que ganhou redobrado ímpeto com os governos instalados pelo golpe de Estado de 1964. A colonização era não só um dos meios para garantir a estabilidade política e social conveniente a essa expansão do capitalismo. Era também uma forma de propiciar força de trabalho, produção de meios de subsistência e mercado para expansão desse mesmo capitalismo (IANNI, 1979, p.63).

Deste modo a Amazônia tornou-se o palco para o desenrolar da política militar implantada, depois de algumas tentativas frustradas de realizar uma reforma agrária efetiva, o Estado brasileiro realiza na região Norte o que alguns autores classificam como uma contrarreforma agrária. No desespero para manter a “ordem social” e com vistas ao progresso nacional e a plena satisfação dos interesses da elite empresarial rural, o Estado brasileiro, num ato de proteção dos interesses econômicos procura apaziguar rapidamente a situação, encaminhando para a imensa e “desocupada” região Norte a “massa de revoltosos e desordeiros”. Uma terra sem homens para homens sem-terra, integrar para não entregar e outros *slogans* foram utilizadas para legitimar perante o povo brasileiro a política “milagrosa” para evitar os possíveis conflitos agrários prestes a desencadear no Brasil (MENDONÇA, 2010).

O jogo político para a colonização deu-se por meio de benfeitorias infraestruturas que começou a dar forma à fronteira. Rodovias federais que interligando o país de Leste a Oeste, do Norte ao Sul foram sendo implementadas e, ao longo de seus cursos foram desenvolvendo centros urbanos com estruturas políticas, sociais e econômicas possibilitadas por incentivos fiscais e orçamentário para região. Com isto, uma grande massa de trabalhador rural sem-terra foi se formando, que mais tarde resultaria em problemas semelhantes aos que se tentava solucionar por meio desta manobra de colonização da região Norte. Em breve, seria esta região também um cenário de disputas agrárias entre os agentes sociais antagônicos que se formavam.

Tal processo de “desova” das massas de “desordeiros sociais” fez parte de uma política pública de abafamento momentâneo da situação de conflito, arquitetada politicamente

como reforma agrária, porém, aparentemente, não foi considerada a variável de se tratar apenas de um prolongamento e transferência de cenário desses problemas estruturais agrários. Processo este utópico para as centenas de milhares de migrantes que desembocaram sua fé numa região desconhecida e como ganho de tempo para a classe política pensar estrategicamente na próxima manobra conservadora dos objetivos elitistas.

A rapidez das transformações e a centralização da informação e da decisão no regime militar que vigorou por vinte anos (1964-1985) dificultaram, contudo, o conhecimento objetivo dos fatos, favorecendo representações simplificadoras sobre a Amazônia. O ufanismo do discurso oficial e a denúncia do saque feito pelos grupos econômicos deixam pouco espaço para ação construtiva de milhares de pequenos produtores e trabalhadores que não são apenas vítimas, mas sim também os principais artífices da formação regional (BECKER, 1996, p.7).

Como processo de compreensão do referido processo, podemos recorrer a análise crítica das posturas e objetivos particulares das partes constituintes deste empreendimento dirigido de forma unilateral, imoral e desumano. A correlação de forças encontrava-se polarizada e propendia a favor da minoria latifundiária rural, que formava a elite rural e política brasileira, era representada por meio de instituições oficiais e que defendia de forma acirrada a preservação da estrutura agrária baseada no latifúndio (MENDONÇA, 2010).

No outro extremo, havia centenas de milhares de camponeses (sem-terra), sem representação institucional e que buscava a preço de sangue o acesso à terra. Toda a conjuntura de instabilidade agrária refletia socialmente em sangrentas disputas pela terra e, neste contexto, entra em cena o estado “provedor”. Para mediar a situação conflituosa, “o Estado constitui o agente encarregado de tratar dos problemas da sociedade” (MACHADO, 1990, p. 108). Assim:

A questão da manipulação do espaço se coloca para o Estado graças a necessidade de superar de imediato, ou, no mínimo, contornar duas contradições fundamentais produzidas pelo próprio sistema econômico-social vigente: como atrair a população para uma região de terras devolutas, sabendo-se que a massa de imigrantes deve necessariamente se tornar força de trabalho, ou seja, não-proprietária dos meios de produção; como fixar a força de trabalho região sem dar-lhe a propriedade da terra.(BECKER & MACHADO, 1990, p. 109).

O estado, desejoso de resolver os conflitos insurgentes da dinâmica social interna, entra em ação enquanto instituição oficial para esta finalidade num movimento pendular em prol da manutenção da estrutura agrária existente desde o período colonial, o latifúndio. Seu domínio sobre as terras devolutas lhe atribuía amplos poderes para esta prática. Conforme a articulação do processo colonizatório avançava, seus infortúnios iam se tornando visíveis e se materializando em conflitos de interesses entre camponeses e o estado. Como consequência,

A manipulação contínua dos camponeses e assalariados gera efeitos não controlados: hoje, o fenômeno das “invasões” rurais e urbanas é a tônica da fronteira. O Estado procura tirar partido das invasões, transferindo para a população o ônus da abertura de picadas e lotes em áreas destinadas à colonização. Contudo a medida que escasseia a terra, os posseiros passam a invadir espaços não previstos e não desejados de fazendas, empresas e mesmo de áreas urbanas reservadas para a expansão da cidade, onde os serviços são insuficientes para atender o afluxo crescente da massa populacional móvel. Configuram-se, assim, invasões que escapam ao controle das forças dominantes, criando tensões sociais e influenciando na queda dos preços da terra (BECKER, 1990, p. 102).

Sem realizar nenhuma alteração efetiva na estrutura agrária do país – que por sinal era a verdadeira demanda da conjuntura política e social do momento -, o governo federal dá o pontapé inicial no processo apressado de colonização/ocupação da Amazônia brasileira de forma paliativa à situação, direcionando centenas de milhares de pessoas do Sul, Nordeste e Sudeste brasileiro para ocupar a região como menor densidade populacional do país num processo de transferência regional da situação conflitante.

2.2 Amazônia brasileira: dialética da multiculturalidade³

As levas migratórias para a Amazônia brasileira nas décadas de 1960-1970 incita o processo de intercâmbio cultural que mais tarde protagonizara capas de revistas e jornais nacionais e internacionais. No início, a propaganda era mesmo cativante e capaz de fazer brilhar os olhos sofridos de quem só almejava seu pedaço de chão. Todos que almejavam um futuro de prosperidade se sentiram atraídos a trilhar a nova “marcha para o oeste”.

Para assentar as constantes levas de migrantes que chegavam a todo momento no novo “paraíso brasileiro”, uma “triagem” era realizada pelo INCRA para realização oficial do assentamento. Consistia esta etapa num modo de promoção de privilégio àqueles que possuíam certo capital e conhecimento empresarial. Não se tratava efetivamente de uma política de reforma agrária, mas sim um movimento contrário a realização desta. Tratava-se mais de um deslocamento ordenado assistido pelo Estado de empresários agropecuaristas e a formação de bolsões de mão de obra desqualificada para as futuras empresas que se instalariam na região. A prioridade desse movimento estava na contramão do propósito de solucionar a falta de terra para o pequeno produtor rural, matriz do problema em questão (PERDIGÃO & BASSEGIO, 1992).

Tal fato corrobora com a compreensão que tudo se projetara embasada numa situação legítima de luta de classes, ancorada em uma política parcial e historicamente fundamentada

³ Título dedicado ao multiculturalismo amazônico, que reúne diversos saberes e amplia a valiosidade deste magnífico espaço composto por saberes (culturas) de todas as regiões do Brasil.

para fazer desta região uma extensão econômica do processo de modernização agrária que se encontrava em desenvolvimento nas regiões de colonização mais antigas do país (MENDONÇA, 2010; PERDIGÃO & BASSEGIO, 1992).

As velhas relações de trabalho voltam a compor o cenário da nova “Amazônia” em construção. Com a tutela do Estado Nacional, os novos empresários da amazônicos passam a dispor de ampla oferta de mão de obra desqualificada e barata para as novas empresas agrícolas recém-instaladas. Era o cenário necessário para o progresso econômico do país e para garantia de posse e soberania da região a pouco considerada “vazia” de ocupação humana. Assim, percebe-se não se tratar esta iniciativa de uma proposta de solução para o problema social estruturalmente posto. Tratava-se de uma política econômica,

É importante observar que a ampla divulgação dos Programas de Colonização Dirigida, como forma de ocupar a Amazônia e ao mesmo tempo oferecer terra e melhores condições de vida ao trabalhador rural, coincidiu com um período de intensa repressão e repúdio às justas reivindicações deste mesmo trabalhador (PERDIGÃO & BASSEGIO, 1992).

A propaganda oficial estatal utilizada como mecanismo de atração e encorajamento aos milhares de migrantes induzidos a desbravar a região amazônica foi eficaz não somente para formar bolsões de mão de obra para as empresas rurais que se instalaria nesta região; foi importante também para atrair recursos internacionais para as futuras obras de infraestrutura, como a construção da BR-364 e a rodovia Transamazônica, principais elos de ligação entre os Estados da região Norte e desta com o restante do país. "As políticas destinadas a promover a ocupação e povoamento do território brasileiro orientam-se sempre no sentido de privilegiar a grande propriedade voltada para o mercado externo" (PERDIGÃO & BASSEGIO, 1992, p.85).

Em pouco tempo a Amazônia brasileira, dada como novo “prodígio” nacional se transformou num cenário de criminalidade a partir das mais diversas práticas, dentre as quais se destacam a usurpação de terras por meio de assassinatos, jagunçagem, compras a preços inferiores ao preço de mercado entre outros. Consequentemente os camponeses que para cá vieram em busca de melhores condições de vida, ficaram sujeitos à miséria, a pobreza, a criminalidade e a situação de trabalhadores sazonais que são obrigados deixar suas famílias e partirem para outras regiões em busca de empregos nos períodos de safras (PERDIGÃO & BASSEGIO, 1992; MENDONÇA, 2010).

Outra consequência desta facilidade em adquirir terra em larga escala por meio de subsídios fiscais e econômicos que compunham as políticas de desenvolvimento econômico

para a Amazônia brasileira nas décadas de 1960/1970 foi a manutenção da estrutura colonial latifundiária. Esta tutela estatal permitiu a manutenção, a prosperidade e a expansão do empresariado rural migrante por toda a Amazônia brasileira.

A desigualdade na distribuição de terras e a persistência do latifúndio são problemas históricos do Brasil, e a região amazônica é um dos principais focos dessas questões. A região amazônica tem sido alvo de políticas de desenvolvimento que incentivaram a expansão agropecuária, muitas vezes em detrimento da preservação ambiental e da população tradicional. Essas políticas contribuíram para a concentração de terras e a manutenção de uma estrutura agrária marcada pela concentração fundiária e pela exploração de trabalhadores rurais migrantes (SOUZA; SILVA, 2019, p. 189).

A concentração fundiária e a estrutura agrária desigual são desafios históricos para a agricultura brasileira, especialmente na região amazônica, onde as políticas de desenvolvimento econômico para a região incentivaram a expansão agropecuária em detrimento da preservação ambiental e dos direitos das populações tradicionais. Com a modernização da agricultura e da pecuária em todo o país, a produção aumentou exponencialmente, mas o reflexo do progresso é que, mesmo com o aumento considerável da produção, alguns fatores socioeconômicos não apresentou o mesmo progresso. O desemprego, a miséria e a pobreza são alguns exemplos destas contradições.

A agricultura em larga escala, pela lógica capitalista, subjuga a agricultura familiar e camponesa ao revés do “atraso” social e econômico. A busca pela preservação da memória cultural camponesa é considerada como empasse ao desenvolvimento econômico do país, sendo, portanto, tratado como assunto secundário. Os dados estatísticos sobre distribuição de renda, concentração de renda e taxas de desemprego e condições de miséria possibilitam a real compreensão da situação da população brasileira em relação aos fatores essenciais à sobrevivência humana.

A modernização da agricultura no Brasil tem sido marcada pela concentração de terras e pela predominância do agronegócio em detrimento da agricultura familiar e camponesa. Isso tem contribuído para a exclusão social e a marginalização dos trabalhadores rurais, que muitas vezes são obrigados a migrar para as cidades em busca de oportunidades de emprego precário. Além disso, a preservação da memória cultural camponesa e dos conhecimentos tradicionais sobre a terra e a produção agrícola têm sido ignorados pelas políticas de desenvolvimento econômico, que valorizam apenas a produção em larga escala voltada para a exportação (SCHNEIDER; SILVA, 2018, p. 169)

Nesse sentido, a população pobre e o meio ambiente são duas forças que se somam na luta pela sobrevivência, porém são tratados à margem de uma história fundada na incessante busca de ampliação das cifras bancárias em detrimento da memória cultural camponesa. Esse

cenário de ampliação econômica do país encontra na tutela do Estado brasileiro - nas décadas de 1960-1970 - o apoio necessário para transformar a Amazônia brasileira e a população pobre residente nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil em duas grandes vítimas do avanço desenfreado do capitalismo sem fronteiras.

Esta prática também hipotecou o futuro das gerações genuínas dos Estados que compõem a região Norte de país, oriunda do intercâmbio cultural de diversos povos, tais como: paranaenses, capixabas, nordestino, rio-grandenses entres outros que se fundiram e deram origem aos povos rondonienses, acreanos, paraenses e demais povos da região Norte. Hipotecou no sentido de dar preferência à manutenção de uma estrutura fundiária colonial promotora de privilégios a uma minoria que compõe a sociedade brasileira.

A construção da BR-364 na Amazônia brasileira, financiada pelo Banco Mundial, foi uma das principais intervenções do Estado na região para promover o desenvolvimento econômico, especialmente por meio da expansão agropecuária. No entanto, essa intervenção teve graves consequências ambientais e sociais, incluindo o desmatamento, a perda da biodiversidade e os conflitos entre populações tradicionais e grandes proprietários rurais. Como afirma Guimarães (2002), a construção de estradas na Amazônia foi uma das principais formas de intervenção do Estado na região, abrindo caminho para a expansão da fronteira agropecuária e para a apropriação de terras públicas por grandes empresas e proprietários rurais. Assim, a construção da BR-364 na Amazônia brasileira é um exemplo da tensão entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental na região.

A Amazônia, outrora um paraíso natural exaltado no imaginário europeu, enfrenta atualmente um dos piores momentos de devastação ambiental da história. A busca pelo "progresso econômico" tem levado à degradação contínua da região, através da derrubada e queimada de vastas áreas de floresta para a expansão da agricultura e pecuária em larga escala. Como destaca Sauer (2019), essa exploração desenfreada da Amazônia não é apenas uma questão brasileira, mas sim uma questão global, uma vez que a floresta é essencial para a manutenção do clima e da biodiversidade do planeta. A concentração de terra e riqueza nas mãos de poucos empresários nacionais e internacionais agrava ainda mais a situação, tornando urgente a necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento econômico que tem sido aplicado na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da discussão, foi possível perceber que o processo migratório para a região da Amazônia brasileira nas décadas de 1960/1970 foi uma ação orquestrada pelo Estado, que utilizou camponeses para desbravar uma região até então inóspita. Essa ação foi justificada pelo discurso da propensão natural da região para a expansão do território brasileiro, que mercantilizou a terra e elevou o Estado enquanto defensor máximo da propriedade privada e do capital. As consequências dessa ação, no entanto, foram desastrosas para a região amazônica, resultando em uma intensa devastação e degradação ambiental em prol do "progresso econômico" mundial.

Hoje, a Amazônia brasileira vive um dos piores momentos de sua história, com intensas disputas nacionais e internacionais, entre seres humanos e a própria natureza. É necessário, portanto, repensar o papel do Estado e da sociedade em relação à região amazônica, valorizando e protegendo suas diversidades naturais e biológicas, e buscando alternativas sustentáveis para o desenvolvimento econômico. Como se percebe, a Amazônia não é uma região vazia ou escassa de ocupação humana, mas uma região de uma riqueza cultural e ambiental sem paralelos no mundo.

Além das questões socioeconômicas e ambientais abordadas, é importante destacar que a Amazônia é um cenário de extrema importância para a biodiversidade natural e multicultural do Brasil. São diversas as espécies animais e vegetais encontradas na região que não podem ser marginalizadas tal como a lógica camponesa de uso da terra, assim como diversas comunidades indígenas e tradicionais que lá habitam e buscam preservar viva suas culturas e tradições. A degradação ambiental e social causada pela migração desordenada e pela ação do Estado na região pode trazer graves consequências para a manutenção dessa diversidade e riqueza natural e cultural, o que reforça a necessidade de políticas públicas mais efetivas para a preservação e desenvolvimento sustentável da Amazônia.

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha; MIRANDA, M.; MACHADO, Lia Osorio. *Fronteira Amazônica: Questões sobre a gestão do território*. Rio de Janeiro – RJ: UNB, 1990.

BECKER, Bertha K. *Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

-
- _____. **Amazônia: Série Princípios**. São Paulo-SP: Ártica. 1996.
- _____. **A Urbe Amazônia: A floresta e a cidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- _____. **Geopolítica da Amazônia: A nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- _____. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados USP, 2005.
- GUIMARÃES, A. R. A. **Amazônia: da geopolítica à ecopolítica**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- IANNI, Octavio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- MARTINS, José de Souza. Impasses políticos dos movimentos sociais na Amazônia. **Tempo social**; Rev. Social. USP, São Paulo, 1(1): 131-148, 1. Sem. 1989.
- PERDIGÃO, Francinete; BASSEGIO, Luiz. **Migrantes Amazônicos – Rondônia: A trajetória da ilusão**. Edições Loyola – São Paulo, 1992.
- SAUER, S. **A Amazônia em Chamas: Perguntas e Respostas sobre um dos Maiores Desastres Ambientais do Mundo**. Editora Boitempo, 2019.
- _____. **Amazônia: por uma geopolítica da globalização**. São Paulo: Hucitec, 2001.
- SCHNEIDER, S.; SILVA, L. S. S. **Desafios contemporâneos da agricultura familiar e camponesa no Brasil: um estudo sobre o papel da assistência técnica e extensão rural**. Revista IDEAS - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, v. 13, n. 2, p. 162-184, 2018.
- SOUZA, F. B.; SILVA, G. A. G. **Políticas públicas e agricultura familiar na Amazônia: uma análise a partir do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar**. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas, v. 16, n. 31, p. 187-206, 2019.
- TOCANTINS, Leandro Góes. **Amazônia: Natureza, Homem e Tempo: Uma planificação ecológica**. Editora Biblioteca do Exército em co-edição Editora Civilização Editora Brasileira S.A. 2ª Ed. Rio de Janeiro-RJ. 1982.

Recebido para publicação em abril de 2023.
Aprovado para publicação em dezembro de 2023.